



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1.979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes e secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bueno e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorcin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (75), achando-se ausente o Sr. Deputado Ezequias Losso, em missão cultural.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos um voto de congratulações pela inauguração, em Curitiba, da primeira agência comercial em nosso Estado, do Banco Maisonnave.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.979.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

Operando a algum tempo no mercado financeiro, o Grupo Maisonnave já granjeou a confiança de todos aqueles que dele se serviram e do público em geral, pela cortesia, lisura e respeito com as quais sempre direcionou suas atividades. Agora, operando como Banco comercial e reconhecendo a pujança econômica do nosso Estado, honra-nos com a instalação de sua primeira agência comercial no Paraná. Estamos certos que Curitiba e o Paraná terão mais uma opção — e das melhores — em termos de serviços bancários.

Se mais justificativa necessitasse, somente a credibilidade do Grupo Maisonnave no universo financeiro nacional, seria motivo suficiente para apresentação deste voto de congratulações.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O §2.º do Art. 72, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

“§ 2º — Ordinárias são as de qualquer sessão legislativa, realizadas de segunda a quinta-feira, exceto nos casos de matéria urgente ou de relevância, quando o Presidente poderá marcar para sexta-feira”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 21 de setembro de 1.979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO e

NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A alteração do Regimento Interno ora proposta, visa permitir ao Deputado utilizar-se de todo o expediente das sextas-feiras para o atendimento das bases comunitárias, no sentido de orientar sua atuação no plenário, durante a semana, em consonância com as aspirações populares.

Na hipótese de existir matéria de urgente encaminhamento, o Presidente fica autorizado a marcar sessão para a sexta-feira pela manhã, consoante se procede hoje, nos termos da Resolução nº 21/68, de 30/09/68.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 155, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 155 — Sobre qualquer outra matéria em discussão, não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de trinta (30) minutos”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.979.

(aa) NILSO SQUAREZI e

ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo acima alterado estabelece o prazo de uma hora para a discussão de “qualquer matéria em discussão não regulada por este Regimento”, o que significa que o essencial já tem o tempo fixado.

Desta forma, parece que uma hora é um período longo demais para a discussão de assuntos não especificamente indicados no Regimento Interno, como é o caso dos requerimentos.

Em trinta minutos qualquer dessas matérias poderá merecer discussão capaz de esgotar todos os seus desdobramentos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 139/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de JESUITAS, com território desmembrado do Município de Formosa, com sede e divisas constantes do atual Distrito Judiciário.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.979.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A região Oeste do Paraná, vem apresentando um considerável desenvolvimento, face à pujança e à riqueza de suas terras. Esse desenvolvimento vem trazendo o crescimento não só

na agricultura como também nos demais setores sócio-econômicos, político e cultural.

Esta é a situação do atual Distrito de Jesuítas, no Município de Formosa.

O seu crescimento, vem ocasionando um despertar de independência no seio da sua ordeira e responsável população, e a esperança de que, com esta independência, o seu progresso e o seu crescimento possam ter continuidade e não sofram solução de continuidade, para com isso ajudar ao progresso de nosso Estado dentro do cenário nacional.

A documentação que anexamos ao presente projeto de lei, comprova com dados e referências as condições mínimas exigidas pela legislação em vigor para tal criação.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Conforme requerimento aprovado na sessão de ontem, ficou determinado que a sessão de hoje, o Expediente da sessão de hoje seria dedicado em comemoração ao Dia da Árvore.

Para falar em nome da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na atual circunstância em que o Paraná vive hoje, realmente esse dia, o Dia da Árvore, deveria ser um marco importante para nós. A árvore que de uma certa forma a gente sente a vida, quando estava elaborando o trabalho para apresentar nesta Casa, no dia de hoje, veio-me a mente de procurar na Bíblia Sagrada, alguma coisa que falasse sobre a árvore. Fui encontrar exatamente no início da Sagrada Escritura, em Gênesis, na criação do mundo.

E faço a abertura do meu pronunciamento, em homenagem à árvore, exatamente o que está escrito em Gênesis da criação do mundo.

"No segundo dia disse também Deus: As águas que estão debaixo do céu, ajuntem-se num só lugar e apareça o elemento árido. E assim se fez e Deus chamou ao elemento árido, terra. E ao conjunto de águas chamou "mares". E Deus viu que isto era bom, e disse: Produza a terra erva verde e que dê semente e árvores frutíferas que dêem fruto, segundo sua espécie, cujas sementes estejam nelas para se reproduzirem sobre a terra. E assim se fez. E a terra produziu erva verde e que dá sementes segundo a sua espécie e árvores que dão fruto e cada uma das quais têm semente segundo a sua espécie.

E viu Deus, que isto era bom".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós temos um trabalho elaborado e já apresentado nesta Casa, mas que o vamos ler novamente. Não propriamente dito como homenagem ao Dia da Árvore, mas aproveitando o Dia da Árvore para mais uma vez denunciar a devastação que houve, principalmente em nosso Estado.

Nós sabemos, por exemplo, de acordo com dados estatísticos do IBDF, que o Rio Grande do Sul, hoje não detém no seu território nem 2% de florestas; que Santa Catarina, ultrapassa pouco mais de 5%; que o Estado do Paraná não chega a 7% e que o Estado de São Paulo pouco mais de 4%, o que vem realmente contradizer aos técnicos de nomes mais renomados e cientistas, de que para se haver um perfeito equilíbrio ecológico nós deveríamos ter a nossa superfície terrestre coberta com pelo menos 25% de matas.

O trabalho que vamos apresentar é um histórico de todo o problema florestal brasileiro. (Lê):

"Ao ser descoberta, por navegadores portugueses no ano de 1.500, grande parte da área que é hoje ocupada pelo Brasil, achava-se coberta por duas extensas formações florestais.

a) Uma contínua Floresta Atlântica, do Rio Grande do Norte até a metade do Rio Grande do Sul, ocupando uma

área global de 1,2 milhões de quilômetros quadrados. Era delgada a Floresta no Norte do Brasil, não mais de 80 Km de largura, alargava-se daí para o Sul, de modo que na altura do Rio de Janeiro estendia-se por 400 km de largura, até o Rio Paraná.

b) A Floresta Amazônica, com 3,6 milhões de quilômetros quadrados, mais ou menos com as mesmas dimensões atuais, exceção de frações já destruídas entre Belém e Bragança, e ao longo da Rodovia Brasília-Belém. A Transamazônica abre possibilidades enormes de desmatamento, tendo em vista ser eminentemente agrícola-extensiva a concepção vigente para o seu aproveitamento.

Ao longo dos 479 anos que seguiram ao seu descobrimento, o povoamento do País alterou profundamente esse quadro, especialmente na parte ocupada pela Floresta Atlântica, destruída de modo uniforme e intenso".

A Floresta Amazônica, por sua vez, é a maior área de floresta tropical úmida contínua no mundo. Com uma área de 260 milhões de hectares, ela representa a terça parte do território nacional e compreende, aproximadamente, três quartos da área florestal do Brasil. Ao mesmo tempo, dispondo de 4.000 espécies diferentes de árvores, com diferentes propriedades, é também única no mundo.

Atente-se para o perigo do processo erosivo crescente no Amazonas em decorrência de, a cada 12 meses, serem cortados nada menos de 300 mil hectares de florestas. E a destruição da camada fértil do solo pela erosão é a maior ameaça que pode ocorrer.

A erosão é um fenômeno natural, que ocorre constantemente na maior parte da superfície da terra. Mas isso se dá em ritmo geralmente lento, de modo que o novo solo que está sendo formado praticamente compensa a perda, mantendo-se o padrão de fertilidade habitual. O processo atinge, porém, proporções desastrosas quando entra em cena o homem, com suas diversas práticas de ocupação e utilização do solo.

Como o maior agente de erosão são as águas pluviais (embora possa ser também o vento e outros fatores), convém descrever como se desenrola essa ação.

"As águas que caem sob a forma de chuva, têm os seguintes destinos:

- parte é retida na superfície do terreno e da vegetação, e é evaporada, retornando à atmosfera;
- parte é absorvida pelo tapete de detritos vegetais que recobrem o solo das florestas, constituindo o orvalho;
- parte infiltra-se no solo, mas logo nas primeiras camadas é absorvida pelas raízes das plantas e transpirada pelas folhas, voltando à atmosfera;
- parte infiltra-se mais rapidamente, armazenando-se temporariamente como água subterrânea;
- parte pequena chega a determinadas áreas do subsolo, onde reage quimicamente, participando da constituição dos minerais alterados;
- finalmente, uma parte corre sobre a superfície, concentrando-se nas ravinas e rios.

Quando o solo está desprotegido de cobertura vegetal, e sobretudo quando a topografia é mais íngreme, o resultado é que esta última corrente é grandemente engrossada pela parte que deveria ficar nas folhagens, no tapete de detritos e mesmo infiltrar-se no solo (pois esta infiltração é grandemente favorecida pelo efeito de retenção local exercido pela flora). Há, assim, uma "lavagem" da camada superficial do solo; o impacto das gotas de chuva desloca partículas de terra e estas são arrastadas pelas águas que escorrem na superfície. São parcelas daquelas poucos centímetros de solo fértil que rodam na correnteza. Como pela ação da gravidade as águas correm vertente abaixo, carregando aquelas partículas de solo para os leitos dos rios. Além disso, à medida que vão engrossando, essas correntes adquirem energia para promover um trabalho erosivo mais profundo. Os próprios detritos e fragmentos de rochas que a

elas se vão incorporando, à sua passagem funcionam como "raspadeiras" que vão ferindo e deslocando cada vez maior camada de solo. A par desse efeito erosivo nas elevações e encostas, a água carregada de sedimentos faz com que os rios comecem também a "raspar", isto é, erodir suas margens. Desse modo, quantidades imprevisíveis de solo fértil e detritos são arrastados pelos rios, provocando o assoreamento, tanto do fundo de seu leito, como em represas e barragens que se constroem a jusante (diminuindo as respectivas capacidades de armazenamento de água e da geração de energia), ou nos portos que se localizam no seu estuário (exigindo custosas e permanentes operações de dragagem para acolher navios de maior calado).

Mas, talvez, os piores resultados sejam mesmo os que se verificam nas elevações e encostas, cujo solo é deixado desprotegido à ação das intempéries. Além da perda da fertilidade e do caminho aberto para a desertificação, a erosão pode ainda determinar acontecimentos de proporções catastróficas.

Segundo sugestão do Professor Gerhard Speidel, Presidente do Conselho Nacional de Florestas da Alemanha Federal, é preciso que se faça uma classificação geral sobre a maior reserva florestal brasileira, destacando nisso a qualidade do solo, declive e outros dados relevantes. Após essa medida estabelecer a reserva como "floresta protetora". Ratificando alusões de técnicos, Speidel afirma ainda que a erosão tem absorvido 900 hectares de terra anualmente nos terrenos inclinados, ao passo que em regiões onde há floresta contínua, com o mesmo declive, o índice não ultrapassa a uma tonelada, por hectare, anual. Ainda segundo o mesmo professor, o mínimo que se deve preservar de reservas florestais é de 25%, nada menos.

Para se ter um controle é necessário estabelecer um tipo de cadastramento como o que se faz na Alemanha. Depois que a autoridade competente assume o controle de todas as reservas mediante essa pesquisa, nenhuma área poderá ser mexida sem o prévio consentimento do poder público.

Segundo Warwick Estevan Kerr, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, esta precisa ser ocupada vagarosa e inteligentemente. Isto porque, segundo o ditado "onde entra o boi o homem sai", é um verdadeiro contra-senso querer povoar a Amazônia com um agente despovoante. Paulo de Tarso Alvim, Diretor Técnico Científico da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, coloca como consequência mais danosa, sob o ponto de vista físico, econômico e social, caso os desmatamentos continuem se processando de forma desordenada, o empobrecimento do solo como resultante da erosão, da lixiviação, da destruição da matéria orgânica e, finalmente, da compactação. Outro problema sério é o assoreamento dos rios como consequência da própria erosão, com aumento das enchentes nas épocas das chuvas e diminuição das águas nos períodos de estiagem. Obviamente, a destruição inútil da flora e da fauna é outro motivo de grande preocupação. Muitas espécies vegetais de possível interesse para o homem poderão desaparecer sem que tenhamos a possibilidade de estudá-las.

Deve-se considerar que ainda é possível promover uma ação preservadora. Isto é especialmente válido para a Amazônia, onde, apesar da entrada predatória do homem dito "civilizado", pela vastidão do território que conserva sua cobertura vegetal original, ainda é tempo de conter a devastação e disciplinar uma ocupação parcial e racional da região.

Segundo o consenso dos melhores técnicos, "podem ser enunciadas da seguinte forma as grandes linhas de uma política realista nesse sentido:

1) Selecionar na estratégia de sua ocupação, como polos de interesse econômico, o emprego disciplinado dos recursos florestais, a exploração racional dos bens minerais e a utilização turística dos ecossistemas de particular beleza,

em substituição à atual agressão ecológica massificada.

2) Desenvolver, preferencialmente, nas atividades ligadas ao uso da terra, a exploração florestal auto-sustentada, ao invés de continuar promovendo o desmatamento de extensas áreas para pecuária, que deverá passar a atividade secundária de apoio, restrita a zonas selecionadas, aptas à finalidade.

3) Instalar efetivamente os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas, já criados por dispositivo legal, além de outros que venham a ser selecionados. A par de sua importância econômica, os Parques e Reservas constituem fatores de conservação do ambiente natural do homem e asseguram a sobrevivência das potencialidades biológicas.

4) Acelerar a implantação de todas as estações ecológicas criadas com vistas a proporcionar às Universidades a infraestrutura necessária ao estudo dos principais ecossistemas brasileiros.

5) Evitar a proliferação de grandes monoculturas, com vistas a preservar, tanto quanto possível, a diversidade da floresta. A simplificação dos sistemas naturais complexos, através da introdução de monoculturas, conduz sempre a um equilíbrio precário entre a espécie plantada e o ambiente, criando um sistema ecológico instável.

6) Desenvolver, em relação aos grandes projetos de mineração previstos para a Amazônia, uma ação preventiva capaz de impedir os efeitos desastrosos da poluição do ar e das águas, tendo em vista que a região apresenta acentuada tendência para tornar-se um importante polo de exploração mineral.

7) Intensificar estudos para exploração racional da várzea, tanto no sentido de proteção e utilização não predatória do potencial pesqueiro, como no desenvolvimento de uma agricultura e uma pecuária bem conduzidas.

8) Na abertura de rodovias, conservar, como reservas, faixas de floresta de pelo menos 500 metros de largura em cada margem, o que propiciará melhoria do microclima e conservação do potencial turístico, além de dificultar a disseminação de pragas."

Mas, mesmo fora da Amazônia, há ainda muito o que conservar intocável ou explorar racionalmente, sob a forma de reservas florestais, reservas biológicas, parques nacionais ou estações ecológicas.

Um expressivo exemplo disso deu o Governo do Estado do Paraná, em setembro de 1978, ao criar, por ocasião do "I Simpósio Nacional de Ecologia", o PARQUE MARUMBI, de acordo com Projeto estruturado pelo Instituto de Terras e Cartografia, da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG.

Trata-se de uma área de 76.000 hectares, situada nos Contrafortes da Serra do Mar e predominantemente revestida por mata pluvial tropical. Além da preservação de um vasto conteúdo natural (florístico, faunístico e hidrológico), de marcante sentido ecológico, proporcionará proteção aos mananciais de abastecimento de água de Curitiba e cidades adjacentes contera o assoreamento dos Portos de Antonina e Paranaguá, e reservará para desfrute turístico ordenado, região de rara beleza paisagística.

Na concretização desse ato se traduz a coragem de uma administração e a sua sensibilidade para os reais problemas de interesse público, pois não é difícil imaginar a soma de interesses imediatistas que foi preciso enfrentar e contrariar.

Por isso mesmo, estamos diante de um marco histórico, cujo alcance mais profundo só poderá ser propiciado através de um rápido retrospecto.

No final do século passado, o Paraná tinha cerca de 83% de seu território recoberto de florestas, vale dizer pouco menos de 17 milhões de hectares. Em 1.963, esta área florestal tinha sido reduzida para 6.090.150 hectares, ou seja, para 30,4% da superfície total do Estado.

Levantamento efetuado pela Escola de Florestas da UFP

Convênio SUDESUL - Governo do Paraná - IBDF), revelou que em 1.973, a superfície com florestas naturais tinha sido reduzida a 2.379.547 hectares, ou seja, para apenas 11,83%. Nova verificação, feita em 1.978, constatou que esse percentual abaixou para níveis mais alarmantes, em decorrência de que a expansão considerável dos plantios de soja e trigo ocorreram justamente a partir de 1.973, senão vejamos:

"Fisionomia da Ocupação do Solo Paranaense":

Tipos de Área	Hectares	% Total
Águas internas	49.400	0,3
Culturas:		
— temporárias	6.550.000	32,8
— permanentes	1.200.000	6,0
Pastagens	6.450.000	32,3
Florestas	1.713.600	8,6
Expansão Fronteira Agrícola	992.400	5,0
Inaproveitável para a Agricultura	1.500.000	7,5
Reservatórios de Hidrelétricas	1.000.000	5,0
Urbana	500.000	2,5
TOTAL:	19.955.400	100,0

No decênio entre 1.963 e 1.973 foram devastados 3.710.603 hectares de florestas nativas. Nos quinze anos, entre 1.963 (quando ocorreram os calamitosos incêndios de agosto e setembro desse ano) e 1.977, foram reflorestados apenas 456.000 hectares. Dessa forma, os plantios artificiais respondem apenas por um quinto da superfície florestal do Paraná.

Pode-se calcular, sem receio de erro - que a nossa cobertura florestal relativa esteja hoje abaixo de nove por cento. Será que ela satisfaz as necessidades atuais e futuras do Paraná?

Para responder, façamos confronto com a situação de outras comunidades próximas e de estrutura fisiográfica e sócio-econômica parecida com a nossa. A Província de Misiones, na Argentina, tem superfície total de 30.000 km², da qual sessenta e três por cento está coberta de matas; a Província Argentina de Salta tem cinquenta e oito por cento; a de Jujuy (de polos semi-áridos) tem vinte e dois por cento. A Bolívia tem quarenta e quatro por cento de seu território florestado. O Paraguai quarenta e sete por cento. O Uruguai, talvez o menos florestado de todos os países sulamericanos tem quatorze vírgula três por cento.

Na Europa a situação florestal está secularmente estabilizada, com a totalidade dos países empenhados no aumento das áreas de mata, que variam percentualmente de sessenta e um por cento na Finlândia, a 29 por cento na Alemanha, vinte e seis por cento na França e dezenove por cento na Itália.

Tal confronto leva-nos a concluir pela extrema precariedade do nosso percentual de florestas, tendo-se em conta sobretudo o fato delas estarem concentradas em duas áreas apenas: a faixa da Serra do Mar e o Parque Nacional do Iguaçu. Afora esses dois maciços não existem mais áreas florestais contínuas, de razoável porte, no Paraná.

Esse rápido desnudamento está trazendo sérias consequências e as agravará sobremaneira. Seus efeitos não se farão sentir somente na ordem ecológica climática, ambiental e sanitária, mas afetarão também o quadro humano e a economia de nosso Estado. Politicamente, porque se sabe que o equilíbrio psicológico dos habitantes de comunidades industriais - nesta era de barulho, poluição e nervosismo - só é alcançado com a recreação e conforto visual que a floresta propicia.

Economicamente, porque a madeira e outros produtos florestais proporcionam trabalho para centenas de milhares de trabalhadores paranaenses.

Porém, mais grave do que o progressivo desaparecimento da matéria prima madeira é o efeito do desmatamento indiscri-

minado sobre o regime hidrológico dos nossos rios, cujas baixas de vazão podem comprometer todo o futuro energético do Estado e até o planejamento hidroelétrico do País. A destruição de 11.500 km² de mata nos últimos trinta anos, no noroeste do Paraná, acusou um violento processo erosivo na região, tornando impróprios para o cultivo, 95 dos 153 municípios da área. E havia condições de evitar esse mal. Contudo, destruída a mata, plantou-se café sem a menor observação de conservação dos solos, que requeriam um alto nível de manejo.

Diante de perspectivas tão sombrias e que não são de hoje (o Prof. Reinhardt Maack vinha alertando sobre a agravação do problema desde 1.947), é confortador constatar-se a atenção e o interesse que o Poder Legislativo tem votado ao tema.

Graças à iniciativa do então Deputado Romário Martins, o Paraná teve um dos primeiros e mais avançados códigos florestais que vigoraram no País (Lei n.º 706, de 1.º/4/1.907), por ele atualizado em 1.919 e 1.926.

Foi em função de alertamentos partidos da Assembléia Legislativa que os Governadores Manoel Ribas, Bento Munhoz da Rocha e Ney Braga criaram as maiores Reservas Florestais de que chegou a dispor o Estado (hoje lamentavelmente comprometidas). E a Assembléia teve ensejo de analisar esse grave problema quando discutiu e votou a Lei n.º 33 (de 17/01/48), que criou as Reservas Florestais das Regiões Missionais (Pitanga, Reserva, Tibagi, Jaguapitã e Mandaguari).

Está bem nítido na memória de todos o proveito que tiveram os membros desta Casa com a iniciativa de seu então Presidente, Deputado Paulo Camargo, em 1.976, ao convocar diversos e destacados especialistas para discorrerem e opinarem sobre os nossos problemas ecológicos e ambientais.

É lamentável, porém, que as crises que nos tem atingido não gerem ensinamentos mais duradouros. Haja visto o trágico incêndio florestal de 1.963 (que tanta repercussão teve nesta Casa) e que motivou a vinda ao Paraná de uma Comissão da Câmara dos Deputados, cujo relatório foi apresentado na Sessão de 9 do novembro do citado ano.

Como decorrência desses dolorosos acontecimentos e do documento citado, o então Governador Ney Braga encaminhou a esta Casa mensagem propondo a criação da Secretaria de Florestas.

E agora com a volta do Senhor Ney Braga ao Governo do Paraná, esperamos que Sua Excelência encaminhe à Assembléia Legislativa, ainda este ano, o projeto de lei criando o INSTITUTO DE FLORESTA DO ESTADO DO PARANÁ, órgão este que se dedique com exclusividade ao reflorestamento e à defesa de nossas matas, embora o problema, hoje, se apresente com maior gravidade, exigindo a tomada de medidas mais drásticas.

Infelizmente o Paraná ocupa atualmente um modesto quarto lugar em área reflorestada, sendo superado por Minas Gerais em primeiro lugar, São Paulo e Mato Grosso, respectivamente, segundo e terceiro lugares. Por isso, os engenheiros florestais do Paraná desejam que o problema seja tratado e defendido por um órgão com administração exclusivamente voltada à manutenção, proteção e exploração racional dos nossos recursos florestais. Este órgão teria, entre outras incumbências, que dar apoio à execução da política florestal, que seria justamente orientar e fiscalizar a exploração das florestas naturais e conservar as florestas protetoras e as reservas florestais estaduais; em segundo, deve prestar assistência técnica e facilitar o reflorestamento, tanto natural como artificial de nosso Estado; promover a execução do projeto de recuperação de nossas matas ciliares - matas que se formam na beira e ao longo dos rios; realizar um completo inventário florestal, quantitativo e qualitativo do revestimento florestal estadual e, finalmente, promover mediante delegação de poderes do IBDF a fiscalização das explorações florestais em geral (licença para

desmate, fiscalização de serrarias, corte de lenha e outras atividades).

A criação do Instituto Florestal é muito importante, considerando que a cobertura vegetal paranaense já ultrapassou há muito tempo o "sinal vermelho".

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta homenagem ao Dia da Árvore, gostaríamos de ler, de autor desconhecido, a "Oração à Árvore" curta, com poucas palavras, mas que diz o que a árvore deve e pode significar na vida do Homem.

"Tu que passas e levantas contra mim teu braço
Antes de fazer-me mal olha-me bem
Sou o calor do teu lugar nas noites frias de inverno
Sou a sombra amiga que te protege contra o sol escaldante
Meus frutos matam tua fome e saciam a tua sede
Eu sou a viga que suporta o teto de tua casa,
A tábua da tua mesa,
A cama em que descansas.
Sou o cabo de tuas ferramentas,
A porta de tua casa.
Quando nasces forneço a madeira para o teu berço
Quando morres, em forma de caixão
E ainda te acompanho no seio profundo da terra.
Sou o pão de bondade e beleza
Se me amas defende-me dos insensatos!"

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, em nome do MDB.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A criação do Dia da Árvore caracteriza bem a importância das matas, conscientizando o povo para a sua proteção.

Gostaríamos que, neste dia, os pronunciamentos tivessem a finalidade de exaltar a beleza dos nossos pinheirais ou o valor de nossas matas, porém, a gravidade do momento exige posições de alerta, gerando apelos e advertências, pois, do contrário, teremos uma terra morta, uma primavera silenciosa e uma condição infra-humana de vida. É nosso dever proteger e conservar a vegetação de porte arbóreo, lutando contra o seu corte ou derrubada, estimulando ao mesmo tempo, o plantio e replantio das árvores, sob pena de sermos condenados pelas gerações futuras, que mais sofrerão, face ao descontrole ecológico.

No Paraná, a situação é alarmante e impõe uma necessidade de tomada de posição urgente, pois, as matas estão desaparecendo. Basta que se sobrevôe o Estado, para sentir o que já se derrubou de mata, o que já se perdeu em nome de um progresso que é irreal.

Nas diapaçadas das plantações de café e soja, indiscriminadamente foram derrubadas florestas e mais florestas, sem aproveitamento útil, pois essas madeiras foram, simplesmente, queimadas; o Paraná, visto de cima, está praticamente sem árvores, o Paraná, neste campo, está desaparecendo.

O Hino Nacional em uma de suas partes deixa claro: "Nossos bosques têm mais vida", mas, na verdade, a Serra do Mar já está sem vida! Na Serra do Mar, a vida acabou! Antigamente, a mata cobria a Serra toda, lá havia onças, passarinhos, macacos, papagaios e tantos outros bichos. Os pinheiros únicos do mundo e símbolo do Paraná, estão com os seus dias contados, dando lugar aos inconvenientes "pinus eliotis" importados da Europa que, além de prejudicarem a terra nada trazem de prático, apenas servindo para vender uma falsa imagem de embelezamento.

Devemos incentivar o reflorestamento das espécies nativas do nosso verdadeiro símbolo. Derrubam as matas, e ficam impunes!

O Paraná era coberto de mata, em oitenta e três por cento, e, hoje, restam-nos dez por cento apenas. O desmatamento, é enorme, as queimadas empobrecem a terra, o refloresta-

mento quase só planta eucaliptos, que chupam a água da terra, secando os córregos, transformando a terra num deserto e, afugentando os passarinhos, provocando o desaparecimento dos bichos e o aumento dos insetos. Tudo isso ocasionando um prejuízo social muito grande, pois é o povo que sofre as conseqüências, esse mesmo povo que vai para a cidade se transformar em escravo da mão-de-obra barata e desqualificada ou vir então o bóia-fria nas grandes fazendas de reflorestamento.

Por isso, hoje estamos aqui, para exaltar este sacrifício que vem se fazendo em nome de um progresso que é irreal. Nós inclusive, gostaríamos de alertar, também neste momento e já concederei o aparte ao meu ilustre Líder, o que se faz em termos de Amazônia. Na verdade, esse alerta deve ficar bem claro desta tribuna, porque nós visamos, como todo bom brasileiro, a preservação da floresta amazônica e principalmente neste momento que se fala de álcool da madeira, é importante frisar que a Amazônia está mais uma vez ameaçada. É importante também, a fabricação do álcool, mas o álcool que pode ser extraído da cana, da mandioca, do milho, da batata e da soja, mas recorrer à madeira é realmente um perigo, pois fatalmente vai gerar a derrubada de matas, provocando desflorestamento e isso pode terminar com a reserva verde maior desta Pátria, que é a reserva verde da floresta amazônica que é, na realidade, o pulmão desse nosso País, e a garantia de oxigênio, é a garantia de ar renovado.

É bom alertar, frisar, levantar a voz e dizer que sem a mata amazônica, o País vai sem dúvida alguma, sofrer um abalo císmico em matéria de ecologia.

Por isso nós estamos preocupados com os poderosos que se voltam para a madeira da Amazônia, a fim de que com ela possam então gerar o álcool da madeira.

Eu, antes de concluir o meu pronunciamento, concederei o aparte ao ilustre Líder da nossa bancada, Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Inicialmente queria congratular-me com o eminente Deputado Lázaro Dumont, porque em boa hora trouxe a oportunidade de esta Casa se posicionar perante o grave problema da ausência gradativa do mundo vegetal, em nossa vida moderna.

Gostaria de iniciar o meu aparte, dizendo a Vossa Excelência de que um dos pensamentos que mais me calou, de toda a gama de literatura que vi até hoje, foi um que diz assim: "O homem só se realiza depois de ter um filho, escrever um livro e plantar uma árvore".

Evidentemente, que a continuidade da natureza, a exuberância da natureza, do mundo vegetal, é indispensável na vida do homem e a propósito do dia de hoje, em que Vossa Excelência mesmo dizia do sacrifício em que a natureza está submetida, pela ganância do homem.

Quero inserir ao pronunciamento de Vossa Excelência um monólogo elaborado por um companheiro nosso, Parreiras Rodrigues que diz:

"A árvore e eu"

Estou de joelhos sobre tuas cinzas,
arrependido e contrito,
humilhado e vencido,
de mãos juntas pedindo que me perdoes.
Quando nasci, transformaram-te em meu berço
e pelas tuas paredes sou abrigado,
Para o meu pai, o Mané cearense e
para tantos outros entes queridos,
servistes de proteção contra os vermes da terra,
acompanhando-os na viagem de retorno ao Criador.
Quando criança ainda, foste cega, surda e muda
amiga minha,
e em teus galhos me escondias,
livrando-me dos chinelos de Dona Nenê.

Que fiz eu de minhas jaboticabeiras, pitangueiras
abacateiros e laranjeiras?
Onde estão minhas perobas, meus cedros, meus amendoins?
Pitangueiras, Abacateiros e Laranjeiras?
Onde estão minhas matas
Que eram o verde de minha bandeira?
Que eram o verde dos olhos de minha Eliza?
Fui eu mesmo, inconsciente e brutal assassino
quem, empunhando covardemente um machado,
destruí capões e selvas inteiras,
deitei abaixo até o gigante jatobá,
não tive dó nem do indefeso jacaratá.
Agora, diante deste deserto que eu mesmo fiz nascer,
tremo e choro de medo.
Ao meu redor sinto a triste solidão.
O sol faz ferver a terra e secar meus rios
e chuvas não as vejo mais.
Amada natureza agonizante,
Tenhas piedade.
Que não seja inclemente tua vingança!
Adeus - vou sair por aí e replantar
Tenho esperança de que algum dia voltaremos a nos
encontrar.
Quero ver tuas folhas refletidas nas águas do Ivaí,
do Piquiri, do Iguapu e do Paranazão.
Quero erguer as mãos e pedir, não mais perdão...
Mas, uma gabiobinha só
E uma florzinha amarela
Para enfeitar as louras tranças
da minha Alessandra Emanuella.
Muito obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado pelo brilhantismo
de vosso aparte que vem naturalmente enaltecer ainda
mais esta participação do Movimento Democrático Brasileiro,
na saudação ao "Dia da Árvore".

Gostaria também de registrar a minha satisfação em ter
adotado a feliz idéia do Companheiro, Deputado Lázaro Du-
mont, sugerindo a criação do Instituto Florestal.

Realmente isso é muito importante. E quiçá os homens
do Governo Federal, também se preocupem com o setor por-
que a situação é realmente agravante e exige uma política es-
pecial, para que se trate do assunto.

Dois terços da área florestal do mundo, foram sacrificados
em favor de produção. O Brasil já sacrificou cinquenta por
cento de suas florestas aumentando a cada ano, a destruição,
por desfolhantes ou por queimadas, de milhares de hectares de
florestas. É bom lembrar, que neste Brasil, uma floresta nova
entra em produção, num prazo de sete anos. Enquanto que,
em outras regiões, são necessários por vezes cinquenta anos
ou mais. Então, por isso nós fazemos esse alerta, porque o
assunto exige realmente, uma preocupação especial, por parte
da política do governo federal.

A destruição de florestas, acarreta a erosão e determina
um processo de alternância entre secas e inundações. A de-
vastação das florestas continua com uma irreparável destruição
de solos, sob o impulso do capitalismo agrário. Assim, o Brasil
continua a ser o segundo País do mundo em exportação de
alimentos. Mas, em contra partida, é obrigado a importar
alimentos a fim de atender às necessidades mais prementes,
motivado por uma utilização predatória da terra. Na verdade,
a saúde do povo corre perigo.

Para finalizar, Sr. Presidente, ilustres Companheiros,
deixo registrado também, a exemplo do que já fez o nosso
Líder Nilso Squarezi, uma prece, uma poesia, que é a prece da
árvore. Não seria bem uma poesia. Seria um apelo que uma
árvore, talvez fizesse, se pudesse ter voz, falar e nesse momento,
estar nesta tribuna, fazendo um apelo. Diz:

"Ser humano, protege-me!

Junto ao puro ar da manhã ao crepúsculo,
eu te ofereço: A
Aroma, flores, frutos e sombra!
Se ainda achas pouco, te dou:
Pinho para a tua nota
Teto para o teu abrigo
Lenha para o teu calor
Mesa para teu pão
Leito para o teu repouso
Apoio para teus passos
Bálsamo para tua dor
E te acompanharei até a morte,
Em forma de Caixão
Rogo-te; não me maltrates

Ao concluir então, o meu pensamento, sobre o Dia da
Árvore, fazendo este apelo para que todos se unam nesta cor-
rente de proteção e preservação às nossas florestas. Gostaria
também de englobar nesta homenagem, os meus cumprimentos
aos radialistas de todo o Brasil. Eles que também colaboram
para a divulgação desses apelos. E que na data de hoje, come-
moram o seu dia. Hoje é o "Dia do Radialista". E eu como um
fruto desta classe, não poderia deixar de forma alguma, de
exaltar esta data fazendo a homenagem sincera aos meus
companheiros de profissão.

Porque ser radialista exige uma vocação. É o mesmo
que ser padre. Há necessidade de que se tenha na veia o sangue
preparado, para transferir aos ouvintes uma comunicação
sadia, pura como todo radialista gosta de transmitir. Parabéns,
então, ao "Dia do Radialista", também nesta mesma data em
que se comemora o "Dia da Árvore.

Muito obrigado. (Palmas)-(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada
a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de resolução de autoria dos Srs.
Deputados Erondy Silvério e Nilso Squarezi, constantes do
expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao
Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli,
constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**
— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem
do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24/77, que deno-
mina "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Municí-
pio da Lapa ao de Porto Amazonas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 24/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada ANTÔNIO LACERDA
BRAGA, a rodovia que liga os Municípios de Campo do Tenente
e Porto Amazonas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-
blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 130/77, que
denomina "Jayme Canet", a Rodovia Estadual que liga a Rodo-
via "Parigot de Souza"-Joaquim Távora-Carlópolis e Passo dos
Leites, na divisa com o Estado de São Paulo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 130/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica denominada RODOVIA JAYME CANET, a rodovia estadual que liga da Rodovia Parigot de Souza, as localidades de Joaquim Távora, Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 45/79, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais" — S.O.S., com sede na Cidade de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 35/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 81/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Mariana", com sede e foro na Cidade de Santa Mariana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 81/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTA MARIANA, com sede e foro na Cidade de Santa Mariana.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 84/79, que reduz os acréscimos que incidem sobre contribuições previdenciárias em atraso aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 84/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE — e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida redução sobre a multa, juros e correção incidentes, nas seguintes condições:

- a) redução de 80% (oitenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta lei;
- b) redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei;
- c) redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias

contados da publicação desta lei.

Art. 2.^o — Os benefícios desta lei se estendem aos contribuintes que já obtiverem parcelamento de seus débitos, incidindo a redução apenas sobre as parcelas vincendas.

Art. 3.^o — O IPE expedirá, em 10 (dez) dias as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 85/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da Cidade de Matelândia." — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 85/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI —, com sede e foro na Cidade de Matelândia.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 86/79, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional de Foz do Iguaçu — FUNEFI." — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 86/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU — FUNEFI —, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 88/79, que declara de utilidade pública a "Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul", com sede e foro na Cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 88/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a LIGA DAS DAMAS DE CARIDADE DE JANDAIA DO SUL, com sede e foro na Cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 92/79, que declara de utilidade pública a "Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário", com sede e foro na Cidade de Paranaguá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.^o 92/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, com sede e foro na Cidade de Paranaguá.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José

Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, consubstanciado em pedido de informações a respeito dos pensionistas.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**).

8 Srs. Deputados o aprovam;

3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 203/78, 89/79, 90/79, 93/79 e 99/79.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 106/78, 37/79, 60/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 83/79, 84/79, 85/79, 86/79 e 87/79.

Levanta-se a sessão.